



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO
Nº. 4503/2014**

TERMO DE CONTRATO, que fazem entre si, O MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL, e a Dra. SOMAIA OLIVEIRA EL KOZ, Autorizados pelo Edital nº. 2317/2014.

O MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob nº 88.142.302/0001-45, com sede na Rua 15 de Novembro, 438, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. OTOMAR VIVIAN**, brasileiro, casado, professor, portador do CPF sob nº. 232.047.880-91, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a **Dra. SOMAIA OLIVEIRA EL KOZ**, brasileira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, OAB/RS nº. 51.014, inscrita no CPF nº. 731.197.999-37, residente e domiciliada Rua XV de Novembro, nº. 262, Apto nº. 302, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e acordado entre si o que segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Contratação de serviços de assessoramento jurídico ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), visando à coordenação e articulação da proteção social especial de média complexidade, atendendo determinação da norma básica de recursos humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS-2006.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

CLÁUSULA SEGUNDA: A prestação dos serviços ora contratados compreendem as seguintes atividades:

I - Prestar serviços de modo geral, às pessoas em situação de vulnerabilidade social, crianças e adolescentes em situação de riscos e vítimas de violência e abuso sexual, assim como, mulheres vitimas de violência e exploração sexual;

II - Prestar assessoria jurídica as demandas, usuários e demais serviços de proteção social de média (CREAS) e alta complexidade (Abrigo), que ampara crianças e adolescentes vitimas de violência, exploração sexual, maus tratos, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, Estatuto de Criança e Adolescente – ECA e Lei Maria da Penha;



III - Esclarecer os direitos do cidadão; da mulher, da criança e do adolescente, atendendo e ouvindo os usuários, bem como apoio a responsabilização do agressor encaminhado os usuários aos órgãos do Poder Judiciário;

Prestar consultoria jurídica para pessoas que tiverem seus direitos violados, crianças e adolescentes, idosos e mulheres vítimas de violência doméstica, em casos como trabalho e exploração infantil, direito previdenciário, estatuto do idoso, defesa dos direitos humanos;

IV - Receber denúncias, realizar encaminhamentos processuais e administrativos;

V - Prestar assessoria jurídica ou consultoria as demandas da Secretaria de Assistência Social;

VI - Realizar palestras sobre os direitos dos usuários do serviço, esclarecer procedimentos legais aos técnicos do serviço, participar de palestras informativas a comunidade;

VII - Ministrar cursos de capacitação para a rede social sócio assistencial;

VIII - Realizar convênios com entidades de prestação de serviços à comunidade, para que os adolescentes cumpram as medidas sócioeducativas (MSE) determinadas pelo juízo, bem como, prestar assessoria e consultoria às entidades conveniadas;

IX - Atender e encaminhar os adolescentes em cumprimento de MSE enviados pelo juízo, prestando atendimento multiprofissional com a equipe do CREAS;

X - Realizar visitas domiciliares aos usuários e instituições;

XI - Realizar acompanhamentos dos acolhidos no Abrigo Institucional Bem-Me-Quer;

XII - Denunciar ao Ministério casos de violência e maus tratos dos usuários;

XIII - Verificar a situação do idoso e pessoas com deficiência que receberam benefícios socioassistenciais;

XIV - Realizar a estruturação e composição do PIA (Plano Individual de Atendimento) de adolescente em cumprimento de MSE, bem como, confeccionar petições e ofícios a fim de informar a situação jurídica dos usuários ao poder judiciário;

XV - Carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

XVI - As funções e atividades descritas acima compõem a exigência para a execução do trabalho desenvolvido junto ao CREAS de conformidade com as Leis que determinam à organização e função do Advogado neste setor

DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA TERCEIRA: Pelo serviço contratado o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de **R\$ 1.516,77** (Um mil, quinhentos e dezesseis reais e setenta e sete centavos) mensais, pagos até o quinto dia útil de cada mês subsequente ao vencido. Os valores serão reajustados anualmente pelo IGPM/FGV – Índice Geral Nacional de Preços ao Consumidor, sendo que cada reajuste somente poderá ser concedido após decorrido 12 meses.

CLAUSULA QUARTA: Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-